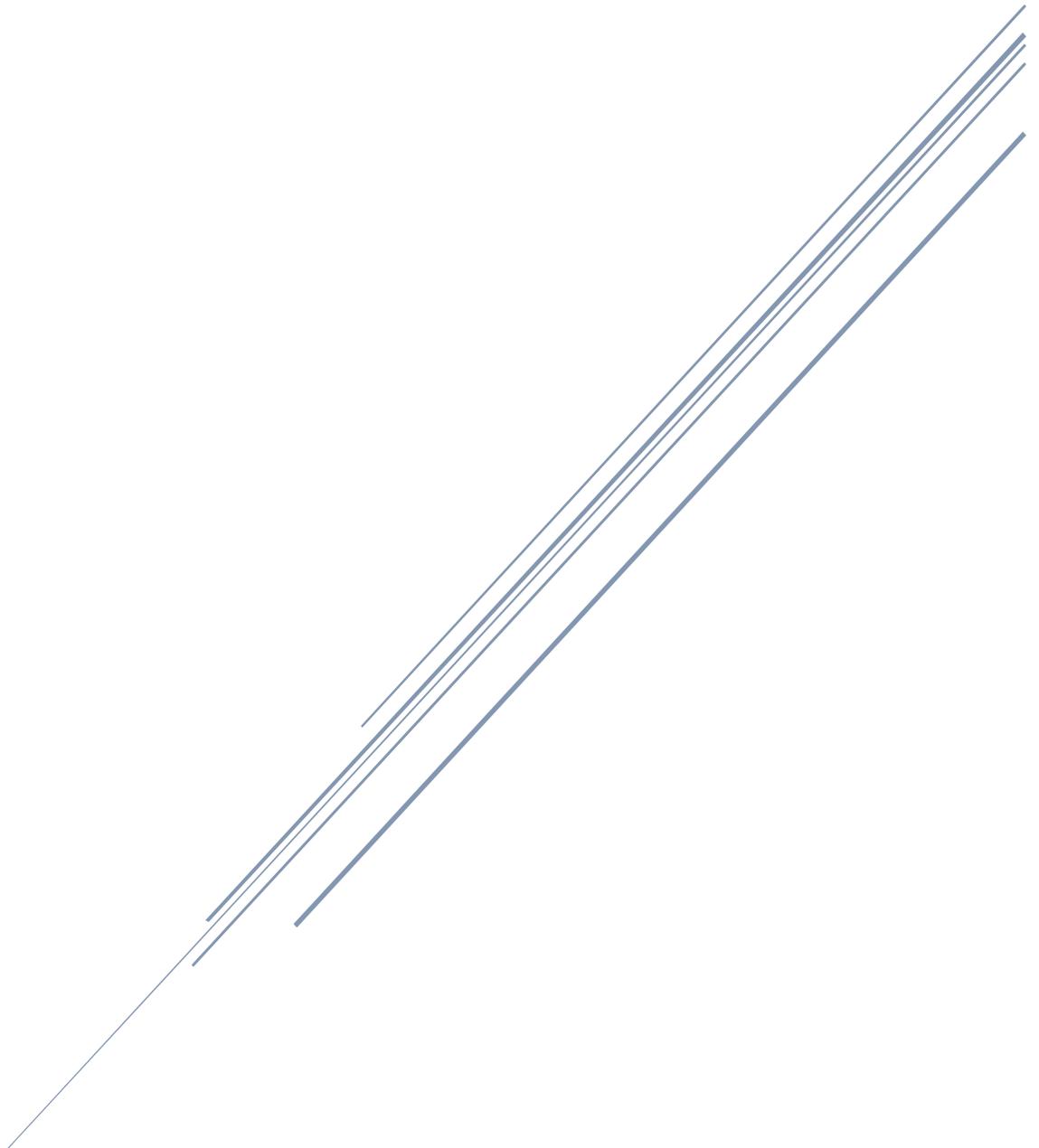


GUIA DE LEGISLAÇÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO



ACIDENTES DE TRABALHO	1
ACIDENTES TECNOLÓGICOS GRAVES	2
AGENTES BIOLÓGICOS.....	2
AGENTES CANCERÍGENOS.....	3
AGENTES QUÍMICOS NO TRABALHO	3
AMIANTO.....	5
ASSISTÊNCIA MÉDICA A BORDO DOS NAVIOS.....	5
ATMOSFERAS EXPLOSIVAS.....	5
CAMPOS ELETROMAGNÉTICOS.....	6
CERTIFICAÇÃO DE TÉCNICOS SUPERIORES E TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO.....	6
CONTRA-ORDENAÇÕES LABORAIS: REGIME PROCESSUAL.....	6
CONTROLO METROLÓGICO	7
DISPOSITIVOS MÉDICOS CORTO-PERFURANTES.....	7
DOENÇAS PROFISSIONAIS	7
EDIFICAÇÕES URBANAS	7
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.....	8
EQUIPAMENTOS DE TRABALHO	9
EQUIPAMENTOS DOTADOS DE VISOR	9
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS	9
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS	9
ESTALEIROS TEMPORÁRIOS OU MÓVEIS	10
ESTATÍSTICA SINISTRALIDADE LABORAL	11
HIGIENE ALIMENTAR	11
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	11
LICENCIAMENTO INDUSTRIAL.....	12
LOCAIS DE TRABALHO.....	12
MOVIMENTAÇÃO MANUAL DE CARGAS.....	13
NAVIOS DE PESCA.....	13
ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SST.....	14
PROTEÇÃO DA MULHER E DE MENORES	14
QUALIDADE DO AR INTERIOR, CLIMATIZAÇÃO E DESEMPENHO ENERGÉTICO	15
RADIAÇÕES IONIZANTES.....	15
RADIAÇÕES NÃO IONIZANTES	16
RECINTOS DE ESPETÁCULOS	16
RECIPIENTES SOB PRESSÃO.....	16
REGIME JURÍDICO DE ENQUADRAMENTO.....	16
REGIME JURÍDICO DE ENQUADRAMENTO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	18

<i>RISCOS DA ELETRICIDADE</i>	18
<i>RUÍDO</i>	19
<i>SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO</i>	20
<i>SEGURANÇA DE MÁQUINAS</i>	20
<i>SEGURANÇA GERAL DOS PRODUTOS</i>	21
<i>SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA</i>	21
<i>TRABALHO TEMPORÁRIO</i>	21
<i>TRANSPORTE FERROVIÁRIO</i>	22
<i>TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MERCADORIAS PERIGOSAS</i>	22
<i>VIBRAÇÕES</i>	22
<i>REGULAMENTAÇÃO DE SST EM SETORES DE ATIVIDADE ESPECÍFICOS</i>	22
Construção civil	22
Comércio e serviços	23
Indústria	23
Minas e pedreiras	23
Pesca	24

ACIDENTES DE TRABALHO

DECRETO-LEI N.º 22/93, DE 26 DE JUNHO - aprova para ratificação a Convenção n.º 160 da OIT, relativa à Estatística de Acidentes de Trabalho.

PORTARIA N.º 137/94, DE 8 DE MARÇO - aprova o modelo de participação de acidente de trabalho e o mapa de encerramento de processo de acidente de trabalho.

DECRETO-LEI Nº 142/99, DE 30 DE ABRIL, Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), **alterado** pelos Decretos-Lei nºs 381-A/99, de 22 de setembro, nº 185/2007, de 10 de maio e nº 18/2016, de 13 de abril ([2ª versão – a mais recente](#)).

DECRETO-LEI N.º 159/99, DE 11 DE MAIO - Regulamenta o seguro obrigatório de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes. **Alterado** pelo Decreto-Lei n.º 382-A/99, de 22 de setembro ([2ª versão – a mais recente](#)).

DECRETO REGULAMENTAR Nº 6/2001, DE 05/05 - Índice Codificado das doenças profissionais. **Alterado** pelo DECRETO REGULAMENTAR Nº 76/2007, DE 17/07 ([2ª versão – a mais recente](#)).

DECRETO-LEI N.º 352/2007, DE 23 DE OUTUBRO - aprova a Tabela Nacional de Incapacidades (TNI) por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (regimes especiais) ([v. atualizada](#)).

LEI N.º 7/2009, DE 12 DE FEVEREIRO - **Código do Trabalho** - artigos 283º e 284º - direito à reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais. **Alterado** pela retificação nº 21/2009, 18/03, Leis nº 105/2009, de 14/09, nº 53/2011, de 14/10, nº 23/2012, de 25/06, retificação nº 38/2012, de 23/07, Leis nº 47/2012 de 29/08, nº 69/2013, de 30/08, nº 27/2014, de 08/05, nº 55/2014, de 25/08, nº 28/2015, de 14/04, nº 120/2015, de 01/09, nº 8/2016, de 01/04, nº 28/2016, de 23/08, nº 73/2017, de 16/08, retificação nº 28/2017, de 02/10, Leis nº 14/2018,19/03, nº 90/2019, de 04/09, nº 93/2019, de 04/09, nº 18/2021, de 18/04, nº 83/2021, de 06/12, nº 1/2022, de 03/01 ([22ª versão – a mais recente](#)).

LEI N.º 98/2009, DE 4 DE SETEMBRO - regulamenta o Regime de Reparação de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, de acordo com o previsto no artigo 284º do CT, no que respeita à reparação. **Alterado** pela Lei nº 83/2021, de 06/12 ([2ª versão – a mais recente](#)).

- ✓ O regime jurídico dos acidentes de trabalho está previsto nos artigos 2º a 92º, o das doenças profissionais, nos artigos 93º a 153º e, finalmente, o da reabilitação e reintegração profissional, nos artigos 154º a 166º, concluindo o diploma com matéria sobre responsabilidade contraordenacional (artigos 167º a 188º).

PORTARIA N.º 256/2011, DE 5 DE JULHO - aprova a parte uniforme das condições gerais da apólice de seguro obrigatório de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem, bem como as respetivas condições especiais uniformes. (v. atualizada)

DECRETO-LEI N.º 106/2017, DE 29 DE AGOSTO - regula a recolha, publicação e divulgação da informação estatística oficial sobre acidentes de trabalho.

PORTARIA Nº 22/2018, DE 18 DE JANEIRO - Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho e revoga a portaria n.º 97/2017 de 7 de março. **Alterada** pela PORTARIA Nº 23/2019, DE 17 de janeiro (v. atualizada).

ACIDENTES TECNOLÓGICOS GRAVES

DECRETO-LEI N.º 150/2015, DE 5 DE AGOSTO - regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas.

PORTARIA N.º 186/2014, DE 16 DE SETEMBRO - requisitos e condições de exercício da atividade de verificador do Sistema de Gestão de Segurança para a Prevenção de Acidentes Graves (SGSPAG).

AGENTES BIOLÓGICOS

DECRETO-LEI N.º 84/97, DE 16 DE ABRIL - transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas do Conselho n.º 90/679/CEE, de 26 de novembro, e n.º 93/88/CEE, de 12 de outubro, e a Diretiva n.º 95/30/CE, da Comissão, de 30 de Junho, relativas à proteção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos resultantes da exposição a agentes biológicos durante o trabalho.

PORTARIA N.º 405/98, DE 11 DE JULHO - aprova a classificação dos agentes biológicos.

PORTARIA N.º 1036/98, DE 15 DE DEZEMBRO - altera a lista dos agentes biológicos classificados para efeitos da prevenção de riscos profissionais.

DECRETO-LEI N.º 2/2001, DE 4 DE JANEIRO - regula a utilização confinada de organismos geneticamente modificados. Altera parcialmente o Decreto-Lei n.º 126/93, de 20 de abril.

DECRETO-LEI N.º 55/2015, DE 17 DE ABRIL - Aprova o regime de utilização confinada de Microrganismos Geneticamente Modificados (MGM) e de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), tendo em vista

a proteção da saúde humana e do ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2009/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de maio de 2009 (v. atualizada).

LEI N.º 52/2018, DE 20.08 - Estabelece o regime de prevenção e controlo da doença dos legionários e procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, 20.08.

DECRETO-LEI N.º 102-A/2020 - Altera as prescrições mínimas de proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores contra os riscos da exposição a agentes biológicos durante o trabalho e transpõe as Diretivas (UE) 2019/1833 e 2020/739.

AGENTES CANCERÍGENOS

DECRETO-LEI N.º 479/85, DE 13 DE NOVEMBRO - estabelece as substâncias, os agentes e os processos industriais que comportam risco cancerígeno, efetivo ou potencial para os trabalhadores profissionalmente expostos.

DECRETO-LEI N.º 301/2000, DE 18 DE NOVEMBRO - regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho (revoga o Decreto-Lei n.º 273/89, de 21 de agosto, com efeitos a partir de 29 de abril de 2003).

DECRETO-LEI N.º 88/2015, DE 28 DE MAIO - altera, designadamente, o Decreto-Lei n.º 301/2000, de 18 de novembro (v. atualizada).

DECRETO-LEI N.º 35/2020, DE 13/07 - altera a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição durante o trabalho a agentes cancerígenos ou mutagénicos, transpondo as Diretivas (UE) 2017/2398, 2019/130 e 2019/983.

DECRETO-LEI N.º 1/2021, DE 6 DE JANEIRO - Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1831, que estabelece uma quinta lista de valores-limite de exposição profissional indicativos para os agentes químicos.

AGENTES QUÍMICOS NO TRABALHO

DECRETO-LEI N.º 273/89, DE 21 DE AGOSTO -- riscos para a saúde da exposição ao cloreto de vinilo monómero.

DESPACHO N.º 27707/2007, DE 10 DE DEZEMBRO - implementação do **Regulamento REACH**.

DECRETO-LEI N.º 293/2009, DE 13 DE OUTUBRO - assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) e que procede à criação da Agência Europeia dos Produtos Químicos.

DECRETO-LEI N.º 98/2010, DE 11 DE AGOSTO - estabelece o regime a que obedece a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente (v. atualizada).

DECRETO-LEI N.º 220/2012, DE 10 DE OUTUBRO - classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e mistura.

DECRETO-LEI N.º 24/2012, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012 - transpõe para a ordem interna a Diretiva n.º 2009/161/UE e reforça as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a SST devido à exposição a agentes químicos no trabalho.

PORTARIA Nº 51/2015, DE 26 DE FEVEREIRO - (Artigo 7.º, alínea K – identifica as atribuições da Direção de Proximidade Regional e Licenciamento do IAPMEI, DPR, no âmbito do REACH).

DECRETO-LEI N.º 88/2015, DE 28 DE MAIO - procede à alteração do Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro, e altera o Decreto-Lei n.º 301/2000, de 18 de novembro, que regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho, altera, designadamente, o Decreto-Lei n.º 142/2012, de 6 de Fevereiro (v. atualizada).

DECRETO-LEI N.º 41/2018, DE 11 DE JUNHO - que procede à segunda alteração ao DL n.º 24/2012, de 6 de fevereiro, alterado pelo DL n.º 88/2015, de 28 de maio, transpondo a Diretiva (UE) 2017/164 da Comissão, de 31 de janeiro de 2017, que estabelece uma quarta lista de valores-limite de exposição profissional indicativos nos termos da Diretiva 98/24/CE do Conselho, e que altera as Diretivas 91/322/CEE, 2000/39/CE e 2009/161/CE (v. atualizada).

DECRETO-LEI N.º 35/2020, DE 13 DE JULHO - Altera a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição durante o trabalho a agentes cancerígenos ou mutagénicos, transpondo as Diretivas (UE) 2017/2398, 2019/130 e 2019/983.

DECRETO-LEI N.º 1/2021, DE 6 DE JANEIRO - procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro, alterado pelos Decretos -Leis n.ºs 88/2015, de 28 de maio, e n.º 41/2018, de 11 de junho, e transpõe a Diretiva (UE) 2019/1831, de 24 de outubro, que estabelece uma quinta lista de valores-limite de exposição profissional indicativos para os agentes químicos.

AMIANTO

PORTARIA N.º 1049/93, DE 19 DE OUTUBRO - regula a descarga de águas residuais, relativamente às atividades industriais que envolvam o manuseamento de amianto.

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 262/94, DE 31 DE DEZEMBRO - **retifica** a alínea n), do n.º 2, do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 228/94, de 13 de setembro.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 24/2003, DE 2 DE ABRIL - recomendação ao Governo acerca da utilização de amianto em edifícios públicos.

DECRETO-LEI N.º 101/2005, DE 23 DE JUNHO - transpõe a Diretiva n.º 99/77/CE referente à limitação de utilização de substâncias perigosas, o amianto.

DECRETO-LEI N.º 266/2007, DE 24 DE JULHO - transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 2003/18/CE, relativa à proteção dos trabalhadores contra o risco de exposição ao amianto durante o trabalho.

LEI Nº 63/2018, DE 10 DE OUTUBRO - estabelece procedimentos e objetivos com vista à remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios, instalações e equipamentos de empresas.

ASSISTÊNCIA MÉDICA A BORDO DOS NAVIOS

DECRETO-LEI N.º 274/95, DE 23 DE OUTUBRO - transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 92/29/CEE, do Conselho, de 31 de março, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde que visam promover uma melhor assistência médica a bordo dos navios. Alterado o artigo 15.º pela LEI nº 113/99, de 03 de agosto e o artigo 7º pela LEI nº 146/2015, de 09 de setembro ([v. atualizada](#)).

PORTARIA N.º 6/97, DE 2 DE JANEIRO - aprova a lista da dotação médica que deve integrar as farmácias de bordo e os modelos das fichas de registo. Alterada pela PORTARIA nº 214-A/2021, de 20 de outubro ([v. atualizada](#)).

ATMOSFERAS EXPLOSIVAS

DECRETO-LEI N.º 202/90, DE 19 DE JUNHO - transpõe para o direito interno as Diretivas comunitárias n.º 76/117/CEE de 18 de dezembro de 1975 e n.º 79/196/CEE de 6 de fevereiro de 1979, relativas à utilização de equipamentos elétricos em atmosferas explosivas.

DECRETO-LEI N.º 112/96, DE 5 DE AGOSTO - estabelece as regras de segurança e de saúde relativas aos aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas.

DECRETO-LEI N.º 236/2003, DE 30 DE SETEMBRO - transpõe para o direito interno a Diretiva 99/92/CE - prescrições mínimas de SST dos trabalhadores expostos a atmosferas explosivas.

CAMPOS ELETROMAGNÉTICOS

LEI N.º 64/2017 DE 7 DE AGOSTO - estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe a Diretiva n.º 2013/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

CERTIFICAÇÃO DE TÉCNICOS SUPERIORES E TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO

LEI N.º 42/2012, DE 28 DE AGOSTO - aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de Técnico Superior de Segurança no Trabalho e de Técnico de Segurança no Trabalho (v. atualizada).

PORTARIA N.º 384/2012, DE 26 DE NOVEMBRO -- **altera** a Portaria n.º 55/2012, de 9 de março, a qual especifica as profissões regulamentadas abrangidas na área do emprego e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterando também a designação da profissão.

CONTRA-ORDENAÇÕES LABORAIS: REGIME PROCESSUAL

LEI Nº 7/2009, DE 11 DE FEVEREIRO - Código do Trabalho, **artigos 548º** (noção de contraordenação laboral) a **566º** (destino das coimas).

LEI N.º 107/2009, DE 14 DE SETEMBRO – Regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social. Alterada pela Lei n.º 63/2013, de 27/08 e pela Lei n.º 55/2017, de 17/07 (**3ª versão – a mais recente**).

LEI N.º 55/2017, DE 17 DE JULHO - Alarga o âmbito da ação especial da existência de contrato de trabalho e os mecanismos processuais de combate à ocultação de relações de trabalho subordinado, procedendo à **segunda alteração** À LEI Nº 107/2009, DE 14 DE SETEMBRO (Regime processual aplicável às contraordenações laborais e da Segurança Social) alterada pela LEI Nº 63/2013, DE 27 DE AGOSTO (Primeira alteração à Lei nº 107/2009, de 14 de setembro e **quarta alteração** ao Código do Processo de Trabalho, aprovado pelo DECRETO-LEI Nº 480/99, DE 9 DE NOVEMBRO - instituição de

mecanismos de combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços em relações de trabalho subordinado.

CONTROLO METROLÓGICO

DECRETO-LEI N.º 291/90, DE 20 DE SETEMBRO -- controlo metrológico de métodos e instrumentos de medição.

PORTARIA N.º 77/2009, DE 1 DE SETEMBRO - Regulamento do Controlo Metrológico de sonómetros.

DISPOSITIVOS MÉDICOS CORTO-PERFURANTES

DECRETO-LEI N.º 121/2013, DE 22 DE AGOSTO -- estabelece o regime jurídico relativo à prevenção de feridas provocadas por dispositivos médicos corto-perfurantes que constituam equipamentos de trabalho nos setores hospitalar e da prestação de cuidados de saúde.

DOENÇAS PROFISSIONAIS

DECRETO-LEI N.º 2/82, DE 5 DE JANEIRO -- estabelece a obrigatoriedade da participação de todos os casos de doença profissional.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 6/2001, DE 5 DE MAIO - aprova a lista das doenças profissionais e o respetivo índice codificado. **Alterado** pelo decreto regulamentar n.º 76/2007, de 17 de julho ([2ª versão – a mais recente](#)).

EDIFICAÇÕES URBANAS

DECRETO-LEI N.º 38 382, DE 7 DE AGOSTO DE 1951 - **alterado** pelos Decretos-Lei n.º 38 888, de 29 de agosto de 1952; n.º 44 258, de 31 de março de 1962; n.º. 45 027, de 13 de maio de 1963; n.º 650/75, de 18 de novembro; n.º 463/85, de 4 de novembro, n.º 61/93, de 3 de março, n.º 409/98, de 23 de dezembro, n.º 410/98, de 23 de dezembro, n.º 414/98, de 31 de Dezembro, n.º 290/2007, de 17 de Agosto e n.º 50/2008, de 19 de Março - Regulamento Geral das Edificações Urbanas ([16ª versão – a mais recente](#)).

DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO -- estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação. **Alterado** pela declaração nº 5-B/2000, de 29/02, Decreto-Lei nº 177/2001, de 04/06, declaração nº 13-T/2001, de 30/06, Leis nº 15/2002, de 22/02 e nº 4-A/2003, de 19/02, Decreto-Lei nº

157/2006, de 08/08, Lei nº 60/2007, de 04/09, Decretos-Lei nº 116/2008, de 04/07, nº 26/2010, de 30/03, Lei nº 28/2010, de 02/09, Decretos-Lei nº 266-B/2012, de 31/12, nº 136/2014, de 09/09, retificação nº 46-A/2014, de 10/11, Decreto-Lei nº 214-G/2015, de 02/10, nº 97/2017, de 10/05, Lei nº 79/2017, de 18/08, Decretos-Lei nº 121/2018, de 28/12, nº 66/2019, de 21/05 e Lei nº 118/2019, de 17/09 ([21ª versão – a mais recente](#)).

DECRETO-LEI N.º 177/2001, DE 4 DE JUNHO - **altera** o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação ([v. atualizada](#)).

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

DECRETO-LEI N.º 128/93, DE 22 DE ABRIL - transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva do Conselho n.º 89/686/CEE, de 21 de dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos equipamentos de proteção individual. **Alterado** pelos Decretos-Lei nº 139/95, de 14/06, nº 374/98, de 24/11 e nº 118/2019, de 21/08 ([v. atualizada](#)).

DECRETO-LEI N.º 348/93, DE 1 DE OUTUBRO - transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 89/656/CEE, do Conselho, de 30 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores para a utilização de equipamentos de proteção individual.

PORTARIA N.º 988/93, DE 6 DE OUTUBRO - estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de proteção individual.

PORTARIA N.º 1131/93, DE 4 DE NOVEMBRO -- estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual.

PORTARIA N.º 109/96, DE 10 DE ABRIL - altera a Portaria n.º 1131/93, de 4 de Novembro, relativa às exigências essenciais de saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual.

LEI N.º 113/99, DE 3 DE AGOSTO - Proceda à alteração do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de Outubro, relativo à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de proteção individual.

REGULAMENTO (UE) 2016/425, DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO DE 9 DE MARÇO DE 2016 - (**revoga** a Diretiva 89/686/CEE do Conselho de 21 de dezembro, relativo aos equipamentos de proteção individual)

EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

DECRETO-LEI N.º 50/2005, DE 25 DE FEVEREIRO - transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 89/655/CEE, do Conselho, de 30 de Novembro, alterada pela Diretiva n.º 95/63/CE, do Conselho, de 5 de Dezembro e pela Diretiva n.º 2001/45/CE do PE e do Conselho, de 27 de Junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de trabalho (v. atualizada).

DECRETO-LEI N.º 221/2006, DE 8 DE NOVEMBRO - estabelece as regras em matéria de emissões sonoras de equipamento para utilização no exterior.

EQUIPAMENTOS DOTADOS DE VISOR

DECRETO-LEI N.º 349/93, DE 1 DE OUTUBRO - transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 90/270/CEE, do Conselho, de 29 de Maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor. **Alterado** pela Lei nº 113/99, de 03/08.

PORTARIA N.º 989/93, DE 6 DE OUTUBRO - estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor.

LEI Nº 113/99, DE 03 DE AGOSTO - Procede à alteração do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 349/93, de 1 de Outubro, relativo à proteção dos trabalhadores na utilização de equipamentos dotados de visor.

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS

DECRETO-LEI N.º 243/86, DE 20 DE AGOSTO - regulamento geral de higiene e segurança do trabalho nos estabelecimentos comerciais, de escritório e serviços.

ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

PORTARIA N.º 53/71, DE 3 DE FEVEREIRO - regulamento geral de segurança e higiene do trabalho nos estabelecimentos industriais.

PORTARIA N.º 702/80, DE 22 DE SETEMBRO - atualiza o regulamento geral de segurança e higiene do trabalho nos estabelecimentos industriais (**altera** a Portaria n.º 53/71, de 3 de Fevereiro).

DECRETO REGULAMENTAR N.º 69/2003, DE 10 DE ABRIL - normas disciplinadoras do exercício da atividade industrial.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 8/2003, DE 11 DE ABRIL - aprova o Regulamento do Licenciamento da Atividade Industrial.

PORTARIA N.º 464/2003, DE 6 DE JUNHO - classificação dos estabelecimentos industriais.

PORTARIA N.º 473/2003, DE 11 DE JUNHO - projetos de instalação de estabelecimentos industriais.

PORTARIA N.º 1188/2003, DE 10 DE OUTUBRO - regulamenta o pedido de licenciamento industrial.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 61/2007, DE 9 DE MAIO - altera o Regulamento do licenciamento de atividade industrial.

ESTALEIROS TEMPORÁRIOS OU MÓVEIS

DECRETO N.º 41.821 DE 11 DE AGOSTO DE 1958 - aprova o Regulamento de Segurança do Trabalho na Construção Civil.

DECRETO N.º 46.427, DE 10 DE JULHO DE 1965 - aprova o Regulamento das Instalações Sociais Provisórias dos Estaleiros.

DECRETO-LEI N.º 113/93, DE 10 DE ABRIL - transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva do Conselho n.º 89/106/CEE, de 21 de Dezembro de 1988, relativa aos produtos de construção.

PORTARIA N.º 1115-C/94, DE 15 DE DEZEMBRO - estabelece os requisitos a que deve obedecer o livro de obra, a conservar no respetivo local.

PORTARIA N.º 101/96, DE 3 DE ABRIL - estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis.

DECRETO-LEI N.º 273/2003, DE 29 DE OUTUBRO -- transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva do Conselho n.º 92/57/CEE, de 24 de Junho de 1992, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.

DECRETO-LEI N.º 4/2007, DE 8 DE JANEIRO - **altera** o Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril, relativo aos produtos de construção.

ESTATÍSTICA SINISTRALIDADE LABORAL

DECRETO-LEI Nº 362/93, DE 15 DE OUTUBRO - Regula a informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.

PORTARIA Nº 137/94, DE 8 DE MARÇO - Aprova o modelo de participação de acidente de trabalho e o mapa de encerramento de processo de acidente de trabalho.

DECRETO-LEI Nº 106/2017, DE 29 DE AGOSTO - Regula a informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais). Revoga o DECRETO-LEI N.º 362/93 DE 15 DE OUTUBRO mas apenas na parte relativa ao regime da informação estatística sobre acidentes de trabalho cuja responsabilidade pela reparação tenha sido transferida para um segurador.

HIGIENE ALIMENTAR

REGULAMENTO (CE) Nº 852/2004 - estabelece regras de higiene dos géneros alimentícios.

REGULAMENTO (CE) Nº 853/2004 - estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal.

DECRETO-LEI N.º 113/2006, DE 12 JUNHO - estabelece as regras de execução, na ordem jurídica nacional dos Regulamentos CE n.ºs 852/2004 e 853/2004.

DECRETO-LEI N.º 223/2008, DE 18 DE NOVEMBRO -- higiene dos géneros alimentares e higiene dos géneros alimentícios de vida animal.

INDÚSTRIAS EXTRATIVAS

DECRETO-LEI N.º 162/90, DE 22 DE MAIO - aprova o Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras.

DECRETO-LEI N.º 324/95, DE 29 DE NOVEMBRO - transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 92/91/CEE, de 3 de Novembro e n.º 92/104/CEE, de 3 de Dezembro, relativas às prescrições mínimas de saúde e segurança a aplicar nas indústrias extrativas por perfuração a céu aberto ou subterrâneas.

PORTARIA N.º 197/96, DE 4 DE JUNHO - regula as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho nas indústrias extrativas por perfuração.

PORTARIA N.º 198/96, DE 4 DE JUNHO - regula as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais de trabalho nas indústrias extrativas a céu aberto ou subterrâneas.

DECRETO DO PR N.º 55/2001, DE 23 DE OUTUBRO - ratifica a Convenção n.º 176 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança e saúde nas minas.

LICENCIAMENTO INDUSTRIAL

DECRETO-LEI N.º 209/2008, DE 29 DE OUTUBRO - define o Regime do Exercício da Atividade Industrial (REAL) e revoga o Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de Abril, e respetivos diplomas regulamentares.

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 77-A/2008, DE 26 DE DEZEMBRO -- retifica o Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro.

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 15/2009, DE 10 DE FEVEREIRO -- retifica a Declaração de Retificação n.º 77-A/2008, de 26 de Dezembro.

DECRETO-LEI N.º 169/2012, DE 1 DE AGOSTO - cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema.

DECRETO-LEI N.º 73/2015, DE 11 DE MAIO - procede à primeira alteração ao sistema da Indústria Responsável.

PORTARIA N.º 279/2015, DE 14 DE SETEMBRO - identifica os requisitos formais do formulário e os elementos instrutórios a apresentar pelo interessado nos procedimentos com vistoria prévia, sem vistoria prévia e de mera comunicação prévia aplicáveis, respetivamente, à instalação e exploração de estabelecimentos industriais dos tipos 1, 2 e 3, e à alteração de estabelecimentos industriais, nos termos previstos no Sistema da Indústria Responsável (SIR).

LOCAIS DE TRABALHO

DECRETO-LEI N.º 347/93, DE 1 DE OUTUBRO - transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 89/654/CEE, do Conselho, de 30 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais de trabalho.

PORTARIA N.º 987/93, DE 6 DE OUTUBRO - estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais de trabalho.

MOVIMENTAÇÃO MANUAL DE CARGAS

DECRETO-LEI N.º 330/93, DE 25 DE SETEMBRO - transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 90/269/CEE, do Conselho, de 29 de Maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes à movimentação manual de cargas.

LEI N.º 113/99, DE 3 DE AGOSTO - (Procede à alteração do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 330/93, de 25 de Setembro, relativo à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores na movimentação manual de cargas).

NAVIOS DE PESCA

DECRETO-LEI N.º 116/97, DE 12 DE MAIO - transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 93/103/CE, que estabelece as prescrições mínimas de SST a aplicar nos navios de pesca. Alterações introduzidas pela LEI n.º 3/2014, DE 28 DE JANEIRO.

LEI nº 15/97, DE 31 DE MAIO - Estabelece o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca. **Alterado** pelas LEI nº 114/99, de 03/08, LEI nº 29/2018, de 16/07 e DL nº 101-F/2020, de 07/12. (4ª versão – a mais recente).

PORTARIA N.º 356/98, DE 24 DE JUNHO - estabelece as normas técnicas de execução do Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de Maio.

DIRETIVA 2009/38/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 06 DE MAIO DE 2009 (no que respeita aos marítimos), procedendo à segunda alteração à LEI nº 15/97, DE 31 DE MAIO e, à primeira alteração à LEI nº 146/2015, DE 09 DE SETEMBRO.

LEI 146/2015, DE 9 DE SETEMBRO - regula a atividade de marítimos a bordo de navios que arvoram bandeira portuguesa, bem como as responsabilidades do Estado português enquanto Estado de bandeira ou do porto e transpõe várias Diretivas.

LEI nº 29/2018, DE 16 DE JULHO - (transpõe a Diretiva (UE) 2015/1794 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de outubro de 2015, na parte em que altera a Diretiva 2001/23/CE do Conselho, de 12 de março de 2001 (v. atualizada).

DECRETO-LEI Nº 101-F/2020, DE 07 DE SETEMBRO - Transpõe as Diretivas (UE) 2017/159 e 2018/131, relativas ao trabalho a bordo das embarcações de pesca e à atividade de marítimos a bordo de navios (v. atualizada).

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SST

PORTARIA N.º 53/96, DE 20 DE FEVEREIRO - **altera** a Portaria n.º 1179/95, de 26 de Setembro (aprova o modelo da ficha de notificação da modalidade adotada pelas empresas para a organização dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho).

LEI N.º 102/2009, DE 10 DE SETEMBRO, - aprova o **regime jurídico de promoção da segurança e saúde do trabalho**. **Alterado** pelas Leis nº 42/2012, de 28/08, n.º 3/2014, de 28/01, Decreto-Lei nº 88/2015, de 28/05, Leis nº 146/2015, de 09/09, nº 28/2016, de 23/08 e nº 79/2019, de 02/09 (**7ª versão - a mais recente**).

PORTARIA N.º 55/2010, DE 21 DE JANEIRO - Relatório Único, no âmbito de informação sobre a atividade social da empresa. **Alterada** pela Portaria 108-A/2011, de 14/03.

PORTARIA N.º 255/2010, DE 5 DE MAIO - aprova o modelo de requerimento de serviço comum, de serviço externo e de dispensa de serviço interno de SST. (v. atualizada).

PORTARIA N.º 275/2010, DE 19 DE MAIO - aprova as taxas relativas à autorização dos serviços de segurança e saúde do trabalho.

PORTARIA Nº 71/2015, DE 10 DE MARÇO - aprova o modelo de ficha de aptidão de exame de saúde.

PROTEÇÃO DA MULHER E DE MENORES

DIRETIVA N.º 92/85/CEE, DO CONSELHO, DE 19 DE OUTUBRO - relativa à implementação de **medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho**. (transposta para o direito interno pela regulamentação do Código do Trabalho).

LEI N.º 7/2009, DE 12 DE FEVEREIRO - **CÓDIGO DO TRABALHO** - Artigo 62º - (Prevê um regime de proteção especial de segurança e saúde no trabalho às trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes). Artigo 66º (Prevê um regime de proteção especial de segurança e saúde no trabalho para os trabalhadores menores). **Alterado** pela retificação nº 21/2009, 18/03, Leis nº 105/2009, de 14/09, nº 53/2011, de 14/10, nº 23/2012, de 25/06, retificação nº 38/2012, de 23/07, Leis nº 47/2012 de 29/08, nº 69/2013, de 30/08, nº 27/2014, de 08/05, nº 55/2014, de 25/08, nº 28/2015, de 14/04, nº 120/2015, de

01/09, nº 8/2016, de 01/04, nº 28/2016, de 23/08, nº 73/2017, de 16/08, retificação nº 28/2017, de 02/10, Leis nº 14/2018,19/03, nº 90/2019, de 04/09, nº 93/2019, de 04/09, nº 18/2021, de 18/04, nº 83/2021, de 06/12, nº 1/2022, de 03/01 (22ª versão – a mais recente).

LEI N.º 102/2009, DE 10 DE SETEMBRO - **regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho** - artigos 61 a 72º (Regulamenta as atividades proibidas / atividades condicionadas a trabalhadores menores) e artigos 50 a 60º (Regulamenta as atividades proibidas / atividades condicionadas a trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes, previstas no artigo 62º da LEI Nº 7/2009, DE 12 DE FEVEREIRO). **Alterado** pelas LEI nº 42/2012, de 28/08, LEI nº 3/2014, de 28/01, DL nº 88/2015, de 28/05, LEI nº 146/2015, de 09/09, LEI nº 28/2016, de 23/08 e LEI nº 79/2019, de 02/09 (7ª versão – a mais recente).

QUALIDADE DO AR INTERIOR, CLIMATIZAÇÃO E DESEMPENHO ENERGÉTICO

DECRETO-LEI N.º 242/2001, DE 31 DE AGOSTO - estabelece um conjunto de medidas destinadas a proteger a saúde pública e o ambiente das consequências das emissões de compostos orgânicos voláteis, decorrentes da utilização de solventes orgânicos em determinadas atividades e instalações.

DECRETO-LEI N.º 118/2013, DE 20 DE AGOSTO - aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

PORTARIA N.º 353-A/2013, DE 4 DE DEZEMBRO - estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação.

RADIAÇÕES IONIZANTES

DECRETO N.º 26/93, DE 18 DE AGOSTO - aprova, para ratificação, a Convenção n.º 115 da OIT, relativa à proteção dos trabalhadores contra as radiações ionizantes.

DECRETO-LEI N.º 108/2018, DE 3 DE DEZEMBRO - que estabelece o regime jurídico da proteção radiológica, transpondo a Diretiva 2013/59/EURATOM, alterado pela Declaração de Retificação n.º 4/2019, de 31 de janeiro.

RADIAÇÕES NÃO IONIZANTES

DECRETO-LEI N.º 151-A/2000, DE 20 DE JULHO - estabelece o regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de radiocomunicações e à fiscalização da instalação das referidas estações e da utilização do espectro radioelétrico, bem como a definição dos princípios aplicáveis às taxas radioelétricas, à proteção da exposição a radiações eletromagnéticas e à partilha de infraestruturas de radiocomunicações.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 53/2002 - código de conduta e boas práticas para a instalação de equipamentos que criam campos eletromagnéticos.

LEI N.º 25/2010, DE 30 DE AGOSTO - transpõe a Diretiva n.º 2006/25/CE, de 5 de Abril, estabelece prescrições mínimas para proteção dos trabalhadores contra a exposição a radiações óticas de fontes artificiais.

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO Nº 33/2010 DE 27 DE OUTUBRO - (Retifica os anexos I e II da Lei nº 25/2010, de 30 de agosto).

RECINTOS DE ESPETÁCULOS

DECRETO-LEI N.º 23/2014, DE 14 DE FEVEREIRO - aprova o regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística e de instalação e fiscalização dos recintos fixos destinados à sua realização. Alterado pelo Decreto-Lei nº 90/2019, de 05/07 ([2ª versão – a mais recente](#)).

RECIPIENTES SOB PRESSÃO

DECRETO-LEI N.º 111-D/2017, DE 31 DE AGOSTO - estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado de equipamentos sob pressão, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/68/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014.

DECRETO-LEI N.º 90/2010, DE 22 DE JULHO - Regulamento de Instalação, Funcionamento, Reparação e Alteração dos Equipamentos sob Pressão.

REGIME JURÍDICO DE ENQUADRAMENTO

DECRETO DO GOVERNO N.º 1/85, DE 16 DE JANEIRO - ratifica a Convenção nº 155 da OIT, sobre segurança, saúde dos trabalhadores e ambiente de trabalho. **Alterado** pelo Decreto do PR nº 160/99, de 08/07, Aviso nº 142/99, de 01/10, Resolução da AR nº 112/2010, de 25/10, Decreto do PR, nº 104/2010, de 25/10 ([v. atualizada](#)).

DIRETIVA DO CONSELHO N.º 89/391/CEE, DE 12 DE JUNHO DE 1989 - aplicação de medidas para promover a melhoria da SST.

RCM N.º 59/2008, DE 1 DE ABRIL - aprova a Estratégia Nacional de SST para o período de 2008-2012.

LEI N.º 7/2009, DE 12 DE FEVEREIRO - aprova o **Código do Trabalho**. (artigos 281º a 284º - estabelece os princípios gerais em matéria de segurança e saúde do trabalho).

LEI N.º 102/2009, DE 10 DE SETEMBRO - aprova o Regime Jurídico do Enquadramento da SST.

LEI nº 42/2012, DE 28 DE AGOSTO - Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho ([v. atualizada](#)).

LEI N.º 3/2014, DE 28 DE JANEIRO - segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da SST e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de Maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/103/CE, do Conselho, de 23 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de SST a bordo dos navios de pesca.

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 20/2014, DE 27 DE MARÇO - retifica a Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro.

PORTARIA N.º 257/2014, DE 11 DE DEZEMBRO - Fixa o pagamento de taxas para a certificação de entidades formadoras para cursos de formação de técnico superior e técnico de segurança no trabalho e revoga a PORTARIA N.º 137/2001, DE 1 DE MARÇO ([v. atualizada](#)).

DECRETO-LEI N.º 88/2015, DE 28 DE MAIO - altera a LEI N.º 102/2009, DE 10 DE SETEMBRO ([v. atualizada](#)).

LEI N. 146/2015, DE 9 DE SETEMBRO - alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro - regula a atividade de marítimos em navios que arvoram a bandeira portuguesa. Alterado pela LEI Nº 29/2018, DE 16/07 e DL Bº 101-F/2020, DE 07/12 ([3ª versão – a mais recente](#)).

PORTARIA Nº 121/2016, DE 4 DE MAIO - Revoga a Portaria n.º 112/2014, de 23 de maio, que regula a prestação de cuidados de saúde primários do trabalho através dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) ([v. atualizada](#)).

LEI N.º 28/2016, DE 23 DE AGOSTO - quinta alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, dando nova redação ao artigo 16.º.

REGIME JURÍDICO DE ENQUADRAMENTO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DECRETO-LEI N.º 83/98 DE 3 DE ABRIL - cria o Conselho de Saúde e Segurança no Trabalho na Administração Pública.

PORTARIA N.º 390/2002, DE 11 DE ABRIL - aprova o Regulamento relativo às prescrições mínimas em matéria de consumo e venda de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho da administração pública.

LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO - Lei geral do trabalho em funções públicas - Enquadramento legal da SST na Administração Pública. Alterado pela retificação nº 37-A/2014, de 19/08, Leis nº 82-B/2014, de 31/12, nº 84/2015, de 07/08, nº 18/2016, de 20/06, nº 42/2016, de 28/12, nº 25/2017, de 30/05, nº 70/2017, de 14/08, nº 73/2017, de 16/08, nº 49/2018, de 14/08, nº 71/2018, de 31/12, Decreto-Lei nº 6/2019, de 14/01, Leis nº 79/2019, de 02/09, nº 82/2019, de 02/09, nº 2/2020, de 31/03 e Decreto-Lei nº 51/2022, de 26/07 (16ª versão – a mais recente).

LEI N.º 25/2017, DE 30 DE MAIO - altera a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - devolve a competência inspetiva em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) (v. atualizada).

LEI N.º 79/2019, DE 2 DE SETEMBRO - Estabelece as formas de aplicação do regime da SST previsto no Código do Trabalho e legislação complementar, aos órgãos e serviços da Administração Pública, alterando a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (v. atualizada).

RISCOS DA ELETRICIDADE

DECRETO N.º 42.895, DE 31 DE MARÇO DE 1960 - Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e de Seccionamento. **Alterado** pelo Decreto Regulamentar n.º 14/77, de 18 de Fevereiro, e a Portaria n.º 37/70, de 17 de Janeiro.

DECRETO-LEI N.º 740/74, DE 26 DE DEZEMBRO - Regulamento de Segurança de Instalações de Utilização de Energia Elétrica.

DECRETO-LEI N.º 303/76, DE 26 DE ABRIL - introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 740/74, de 26 de Dezembro.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 14/77, DE 18 DE FEVEREIRO - retificação do Decreto n.º 42.895, de 31 de Março de 1960.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 31/83, DE 18 DE ABRIL - Estatuto do Técnico Responsável por Instalações Elétricas de Serviço Particular.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 90/84, DE 26 DE DEZEMBRO - Regulamento de Segurança das Redes de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 56/85, DE 6 DE SETEMBRO - altera o Decreto n.º 42895, de 31 de Março de 1960, que aprovou o regulamento de segurança de subestações e postos de transformação e seccionamento.

DECRETO-LEI N.º 77/90, DE 12 DE MARÇO - introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 740/74, de 26 de Dezembro.

PORTARIA N.º 1081/91, DE 24 DE OUTUBRO - Segurança de Termoacumuladores.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 1/92, DE 18 DE FEVEREIRO - Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão.

DECRETO-LEI N.º 295/98, DE 22 DE SETEMBRO -- estabelece os princípios gerais de segurança a que devem obedecer os ascensores e a avaliação da conformidade.

DECRETO-LEI N.º 226/2005, DE 28 DE DEZEMBRO - regras técnicas para o estabelecimento e exploração de instalações de energia elétrica de baixa tensão.

PORTARIA N.º 949-A/2006, DE 11 DE SETEMBRO - aprova as Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão.

RUÍDO

DECRETO-LEI N.º 129/2002, DE 11 DE MAIO - aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios.

DECRETO-LEI N.º 182/2006, DE 6 DE SETEMBRO -- transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 2003/10/CE, de 6 de Fevereiro, que estabelece as prescrições mínimas de SST na exposição ao ruído.

DECRETO-LEI N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO - aprova o Regulamento Geral do Ruído.

SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

DECRETO-LEI N.º 220/2008, DE 12 DE NOVEMBRO - Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJ-SCIE). Alterado pelos Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de Outubro, Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho, Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro, Decreto-Lei n.º 9/2001, de 29 de janeiro ([5ª versão – a mais recente](#)).

PORTARIA N.º 1532/2008, DE 29 DE DEZEMBRO - Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndios em Edifícios. Alterado pela Portaria n.º 135/2020, de 02 de junho e **Declaração de Retificação n.º 26/2020** - relativa à correção de alguns artigos da Portaria n.º 135/2020, de 2 de junho - [v. atualizada](#).

SEGURANÇA DE MÁQUINAS

DECRETO-LEI N.º 139/95, DE 14 DE JUNHO - altera diversa legislação no âmbito dos requisitos de segurança a que devem obedecer o fabrico e a comercialização de determinados produtos e equipamentos.

DECRETO-LEI N.º 214/95, DE 18 DE AGOSTO - fixa as condições de utilização e comercialização de máquinas usadas, visando a proteção da saúde e segurança dos utilizadores e de terceiros.

DECRETO-LEI N.º 374/98, DE 24 DE NOVEMBRO -- altera os Decretos-Lei n.º 128/93, de 22 de Abril, n.º 383/93, de 18 de Novembro, n.º 130/92, de 6 de Julho, n.º 117/88, de 12 de Abril, e n.º 113/93, de 10 de Abril, que estabelecem, respetivamente, as prescrições mínimas de segurança a que devem obedecer o fabrico e comercialização de máquinas, de equipamentos de proteção individual, de instrumentos de pesagem de funcionamento não automático, de aparelhos a gás, de material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão e de materiais de construção.

PORTARIA N.º 172/2000, DE 23 DE MARÇO - define a complexidade e características das máquinas usadas que revistam especial perigosidade.

DECRETO-LEI N.º 103/2008, DE 24 DE JUNHO - estabelece as regras para colocação no mercado e entrada em funcionamento de máquinas e quase-máquinas, transpondo a Diretiva n.º 2006/42/CE, de 17 de Maio.

DECRETO-LEI N.º 75/2011, DE 20 DE JUNHO - (Procede à alteração dos artigos 3.º, 4.º, 12.º, 14.º e 19.º do Decreto -Lei n.º 103/2008, de 24 de Junho, estabelecendo os requisitos essenciais de proteção ambiental aplicáveis à colocação no mercado e à entrada em serviço das máquinas de aplicação de pesticidas)

SEGURANÇA GERAL DOS PRODUTOS

DECRETO-LEI N.º 383/89 DE 6 DE NOVEMBRO -- transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 85/374/CEE, do Conselho, de 25 de Julho, relativa à responsabilidade decorrente dos produtos defeituosos.

DECRETO-LEI N.º 69/2005, DE 17 DE MARÇO - transpõe a Diretiva n.º 2001/95/CE - segurança geral dos produtos.

SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

DECRETO-LEI N.º 141/95, DE 14 DE JUNHO - transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 92/58/CEE, do Conselho, de 24 de Junho, relativa às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho.

PORTARIA N.º 1456-A/95 DE 11 DE DEZEMBRO - regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 22-A/98, DE 1 DE OUTUBRO - aprova o Regulamento de Sinalização do Trânsito.

DECRETO-LEI N.º 88/2015, DE 28 DE MAIO - altera o Decreto-Lei n.º 141/95, de 14 de Junho que estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho, alterado pela Lei n.º 113/99, de 3 de Agosto.

PORTARIA N.º 178/2015, DE 15 DE JUNHO - procede à primeira alteração à Portaria n.º 1456-4/95, de 11 de Dezembro que regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de SST.

TRABALHO TEMPORÁRIO

DECRETO-LEI N.º 260/2009, DE 25 DE SETEMBRO - exercício da atividade da empresa de trabalho temporário.

LEI N.º 7/2009, DE 12 DE FEVEREIRO - Código do Trabalho artigos 186º e 189º.

LEI N.º 28/2016, DE 23 DE AGOSTO (combate as formas modernas de trabalho forçado, procedendo à décima primeira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à

quinta alteração ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e à terceira alteração ao regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro).

TRANSPORTE FERROVIÁRIO

LEI Nº 24/2010, DE 30 DE AGOSTO (Regula certos aspetos das condições de trabalho dos trabalhadores que prestam serviços transfronteiriços no sector ferroviário)

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MERCADORIAS PERIGOSAS

DECRETO-LEI N.º 63-A/2008, DE 3 DE ABRIL - transpõe a Diretiva n.º 2006/89/CE - transporte rodoviário de mercadorias perigosas.

DECRETO-LEI N.º 41-A/2010, DE 29 DE ABRIL - transpõe a Diretiva n.º 2006/90/CE, de 3 de Novembro, e a Diretiva n.º 2008/68/CE, de 24 de Setembro, relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.

DECRETO-LEI N.º 246-A/2015, DE 21 DE OUTUBRO - procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, transpondo a Diretiva n.º 2014/103/UE.

VIBRAÇÕES

DECRETO-LEI N.º 46/2006, DE 24 DE FEVEREIRO - transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/44/CE, de 25 de Junho, relativa às prescrições mínimas de SST na exposição dos trabalhadores a vibrações.

REGULAMENTAÇÃO DE SST EM SETORES DE ATIVIDADE ESPECÍFICOS

Construção civil

DECRETO Nº 41821/58, DE 11 DE AGOSTO - (Aprova o regulamento de segurança no trabalho da construção civil)

DECRETO Nº 46427/1965, DE 10 DE JULHO - (Aprova o regulamento de Instalações Sociais Provisórias destinadas a pessoal empregado nas obras)

PORTARIA Nº 101/1996, DE 3 DE ABRIL - (Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis)

DECRETO-LEI Nº 273/2003, DE 29 DE OUTUBRO - (Estabelece regras gerais de planeamento, organização e coordenação para promover a segurança, higiene e saúde no trabalho em estaleiros da construção e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a aplicar em estaleiros temporários ou móveis)

Comércio e serviços

DECRETO-LEI Nº 220/2008, DE 12 DE NOVEMBRO - (Aprova o regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios)

PORTARIA Nº 1532/2008, DE 29 DE DEZEMBRO - (Aprova o regulamento técnico de segurança contra incêndios em edifícios)

DECRETO-LEI N.º 224/2015, DE 9 DE OUTUBRO - (Procede à primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que aprova o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios)

Indústria

PORTARIA Nº 53/71, DE 3 DE FEVEREIRO alterada pela Portaria nº 702/80, de 22 de setembro (Aprova o regulamento geral de segurança e higiene do trabalho nos estabelecimentos industriais)

Minas e pedreiras

DECRETO-LEI Nº 162/90, DE 22 DE MAIO - (Estabelece o regulamento geral de segurança e saúde no trabalho nas minas e revoga o Decreto-lei n.º 18/85, de 15 de janeiro, a partir da data da entrada em vigor do regulamento anexo ao presente diploma)

DECRETO-LEI Nº 324/95, DE 29 DE NOVEMBRO - (Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nas indústrias extrativas por perfuração a céu aberto ou subterrâneas)

PORTARIA Nº 197/96, DE 4 DE JUNHO - (Regula as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extrativas por perfuração previstas no Decreto-Lei nº 324/95, de 29 de novembro)

PORTARIA Nº 198/96, DE 4 DE JUNHO - (Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extrativas a céu aberto ou subterrâneas)

LEI N.º 113/99, DE 3 DE AGOSTO - (Revoga o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 324/95, de 29 de Novembro, relativo à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores nas indústrias extrativas por perfuração a céu aberto e subterrâneas)

Pesca

DECRETO-LEI N.º 116/97, DE 12 DE MAIO - (Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 93/103/CE, do Conselho, de 23 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca)

PORTARIA N.º 356/98, DE 24 DE JUNHO - (Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca)

LEI N.º 113/99, DE 3 DE AGOSTO - (Desenvolve e concretiza o regime geral das contraordenações laborais, através da tipificação e classificação das contraordenações correspondentes à violação da legislação específica de segurança, higiene e saúde no trabalho em certos sectores de atividades ou a determinados riscos profissionais)

LEI N.º 3/2014, DE 28 DE JANEIRO - (Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 93/103/CE, do Conselho, de 23 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca)

LEI N.º 146/2015, DE 9 DE SETEMBRO - (Regula a atividade de marítimos a bordo de navios que arvoram bandeira portuguesa, bem como as responsabilidades do Estado português enquanto Estado de bandeira ou do porto, tendo em vista o cumprimento de disposições obrigatórias da Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, da Organização Internacional do Trabalho, transpõe as Diretivas 1999/63/CE, do Conselho, de 21 de junho de 1999, 2009/13/CE, do Conselho, de 16 de fevereiro de 2009, 2012/35/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, e 2013/54/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, e procede à segunda alteração aos Decretos-Leis n.os 274/95, de 23 de outubro, e 260/2009, de 25 de setembro, e à quarta alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e revoga o Decreto-Lei n.º 145/2003, de 2 de julho)

[•]

A presente publicação não dispensa a consulta dos respetivos diplomas.

FONTES: Freitas, L. *Manual de Segurança e Saúde do Trabalho*, 5ª Edição (2022), Edições Sílabo.

Vidal, J. Docente, *Legislação da Segurança e Saúde no Trabalho*, Instituto Superior de Engenharia, Universidade do Algarve.

Sítio eletrónico - Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_main.php

Sítio eletrónico - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), <http://www.prociv.pt/pt-pt/Paginas/default.aspx>

Sítio eletrónico – Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), [https://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/Paginas/default.aspx](https://www.act.gov.pt/(pt-PT)/Paginas/default.aspx)

i

ⁱ **Fontes** do direito da segurança e saúde no trabalho:

a) Lei constitucional

CAPÍTULO III - Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores (Artigos 53º, 59º, 63º, 64º).

b) Direito comunitário

[Regulamento (CE) nº 2062/94, de 18 de julho – institui a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA)] – Atribuições – (Artigos 1 e 2º);

c) Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro (Código do Trabalho) – alterada pelas retificação nº 21/2009, 18/03, Leis nº 105/2009, de 14/09, nº 53/2011, de 14/10, nº 23/2012, de 25/06, retificação nº 38/2012, de 23/07, Leis nº 47/2012 de 29/08, nº 69/2013, de 30/08, nº 27/2014, de 08/05, nº 55/2014, de 25/08, nº 28/2015, de 14/04, nº 120/2015, de 01/09, nº 8/2016, de 01/04, nº 28/2016, de 23/08, nº 73/2017, de 16/08, retificação nº 28/2017, de 02/10, Leis nº 14/2018,19/03, nº 90/2019, de 04/09, nº 93/2019, de 04/09, nº 18/2021, de 18/04, nº 83/2021, de 06/12, nº 1/2022, de 03/01 (**22ª versão – a mais recente**).

d) Instrumentos de Regulamentação Coletiva (IRC's);

e) Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro - alterada pelas Leis n.ºs 42/2012, de 28 de Agosto, 3/2014, de 28 de Janeiro e, pelo DL n.º 88/2015, de 28 de maio, e pelas Leis n.ºs 146/2015, de 9 de setembro, 28/2016, de 23 de agosto e 79/2019, de 02/09 (Regime Jurídico da promoção da Segurança e Saúde no Trabalho - RJSST) - (**7ª versão – a mais recente**);

- **Regulamenta** o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho, de acordo com o previsto no artigo 284.º do Código do Trabalho, no que respeita à prevenção.
- **Regulamenta ainda:**

A proteção de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante, em caso de atividades suscetíveis de apresentar risco específico de exposição a agentes, processos ou condições de trabalho;

A proteção de menor em caso de trabalhos que, pela sua natureza ou pelas condições em que são prestados, sejam prejudiciais ao seu desenvolvimento físico, psíquico e moral.

f) **Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro** (regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais) – alterada pela Lei n.º 83/2021, de 06/12 ([2ª versão - a mais recente](#)).

- **Regulamenta** o regime jurídico da reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, de acordo com o previsto no artigo 284.º do Código do Trabalho, no que respeita à reparação.
- O regime jurídico dos acidentes de trabalho está previsto nos artigos 2º a 92º, o das doenças profissionais, nos artigos 93º a 153º e, finalmente, o da reabilitação e reintegração profissional, nos artigos 154º a 166º, concluindo o diploma com matéria sobre responsabilidade contraordenacional (artigos 167º a 188º).
- Ver ainda regimes especiais:
 - Tabela nacional de incapacidades (TNI)- D.L. n.º 352/2007, de 23 de Outubro) Versão atualizada.

g) **DL n.º 48/95, de 15 de Março (Código Penal)** – a última versão ([55ª](#)) e mais recente é a Lei n.º 94/2021, de 21 de dezembro.

(Artigos n.º 157º - dever de esclarecimento, n.º 195º - violação de segredo (Os factos relativos à saúde fazem parte da reserva da intimidade da vida privada das pessoas e têm, por isso, proteção constitucional enquanto parte dos Direitos, Liberdades e Garantias).

Posição da OIT- Recolha de dados de saúde-admitida quando necessária para «determinar se o trabalhador pode ocupar um posto de trabalho específico, para cumprir os requisitos em matéria de saúde e segurança no trabalho ou para determinar o direito a prestações sociais; privacidade pode ser limitada por motivos de saúde pública (Reunião de Peritos da OIT, realizada em

Genebra-1986).

Posição da Comissão Nacional da Proteção de Dados- Registo automatizado dos resultados dos testes de HIV/SIDA para efeitos laborais numa altura em que se reconhece que não se justifica a realização generalizada de exames- deve ser proibido em absoluto por esses dados

integrarem o conceito de «vida privada», na aceção do art.º 35º n.º 3 da C.R.P. O acesso deve ser restrito à informação limitada ao médico respetivo, registando-se como “doente de risco” com realização de exames, em circunstâncias de perigo de contágio a terceiros, transferindo-se para áreas de menor risco (Autorização n.º 57/97 da CPDP, acessível em www.cnpd/actos).

Dados relativos ao nome e profissão do cônjuge, número de filhos e idades, situação de contribuinte, existência de dependentes deficientes e referências a conta bancária são excessivos e proibidos quando está em causa a admissão a um emprego, mas adequados para o trabalhador com relação laboral estabelecida (Deliberação nº 32/98 ,de 13.05.98 da CNPD).

Posição do Tribunal Constitucional - É constitucional o teste de alcoolémia a condutores de veículos; obrigação do trabalhador se sujeitar aos exames médicos necessários e adequados para assegurar que ele não representa um risco para terceiros, em função de deficiente prestação por motivo de doença no exercício de uma atividade perigosa (Acórdão do TC nº 616/98, in Acórdãos

do TC, 41º vol., págs.. 263 e ss.).